

Anuário denuncia fragilidade de estatísticas sobre confiança no STF, diz Celso de Mello

O ministro aposentado **Celso de Mello**, ex-presidente do **Supremo Tribunal Federal**, fez elogios ao editorial da edição de 2026 do **Anuário da Justiça Brasil**, que foi lançada em cerimônia promovida na noite desta quarta-feira (10/6), no Salão Branco do STF.

Segundo o magistrado, o texto acerta ao apontar os equívocos das pesquisas de opinião que sustentam que há uma elevada carga de desaprovação da população brasileira ao trabalho do Supremo, em particular, e do Poder Judiciário, em geral.

Para Celso de Mello, a força do editorial está em “denunciar a fragilidade de certas leituras estatísticas sobre a confiança no Supremo Tribunal Federal e no Poder Judiciário, especialmente quando índices de reprovação aparecem em sequência, com variações abruptas, sem que se esclareçam adequadamente os pressupostos metodológicos, o grau efetivo de conhecimento dos entrevistados sobre a instituição e o ambiente informacional em que tais percepções se formam”.

Leia a seguir a íntegra da manifestação do ministro:



Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Para Celso de Mello, editorial desloca debate do terreno das impressões superficiais para o plano da realidade institucional

*O editorial da 20ª edição do Anuário da Justiça Brasil é brilhante porque desloca o debate do terreno das impressões superficiais para o plano, **muito mais sério**, da realidade institucional. Sua força está em denunciar a fragilidade de certas leituras estatísticas sobre a confiança no Supremo Tribunal Federal e no Poder Judiciário, especialmente quando índices de reprovação aparecem em sequência, com variações abruptas, sem que se esclareçam adequadamente os pressupostos metodológicos, o grau efetivo de conhecimento dos entrevistados sobre a instituição e o ambiente informacional em que tais percepções se formam.*

Há, no texto, uma observação de grande acuidade: não se pode aferir, com seriedade, a confiança pública no Judiciário, ignorando o nível de informação da população (1) sobre o que é o STF, (2) qual a sua função constitucional e (3) de que modo atua no sistema republicano.

A opinião pública é elemento essencial da democracia, mas sua interpretação exige prudência, contexto e honestidade analítica.

Sem isso, pesquisas podem ser convertidas em instrumentos de pressão simbólica, em vez de servirem ao esclarecimento da realidade.

Também é muito sensata a crítica à fabricação artificial de percepções negativas, em ambiente marcado por redes sociais, desinformação, automatismos digitais e campanhas de desgaste institucional.

O editorial não nega a importância da crítica ao Judiciário — que é legítima em uma República democrática —, mas adverte, com inteira razão, que crítica séria não se confunde com manipulação, nem fiscalização republicana com campanhas de descrédito.

O ponto mais forte do texto está na identificação do verdadeiro sinal de confiança social na Justiça: milhões de pessoas continuam recorrendo ao Judiciário para resolver seus conflitos.

Esse dado possui enorme valor institucional. Quem procura a Justiça, em vez de recorrer à força, à vingança privada ou à resignação diante da lesão sofrida, reconhece, ainda que implicitamente, a autoridade civilizatória do Direito.

Por isso, o editorial é lúcido, corajoso e oportuno. Ele recorda que a confiança no Judiciário não deve ser medida apenas pela oscilação momentânea de pesquisas de opinião, mas também — e sobretudo — pela confiança prática, concreta e cotidiana de milhões de jurisdicionados que, todos os anos, entregam seus conflitos à jurisdição estatal, acreditando que ainda há, na Justiça, um caminho legítimo para a proteção de direitos, a pacificação social e a preservação da ordem democrática.

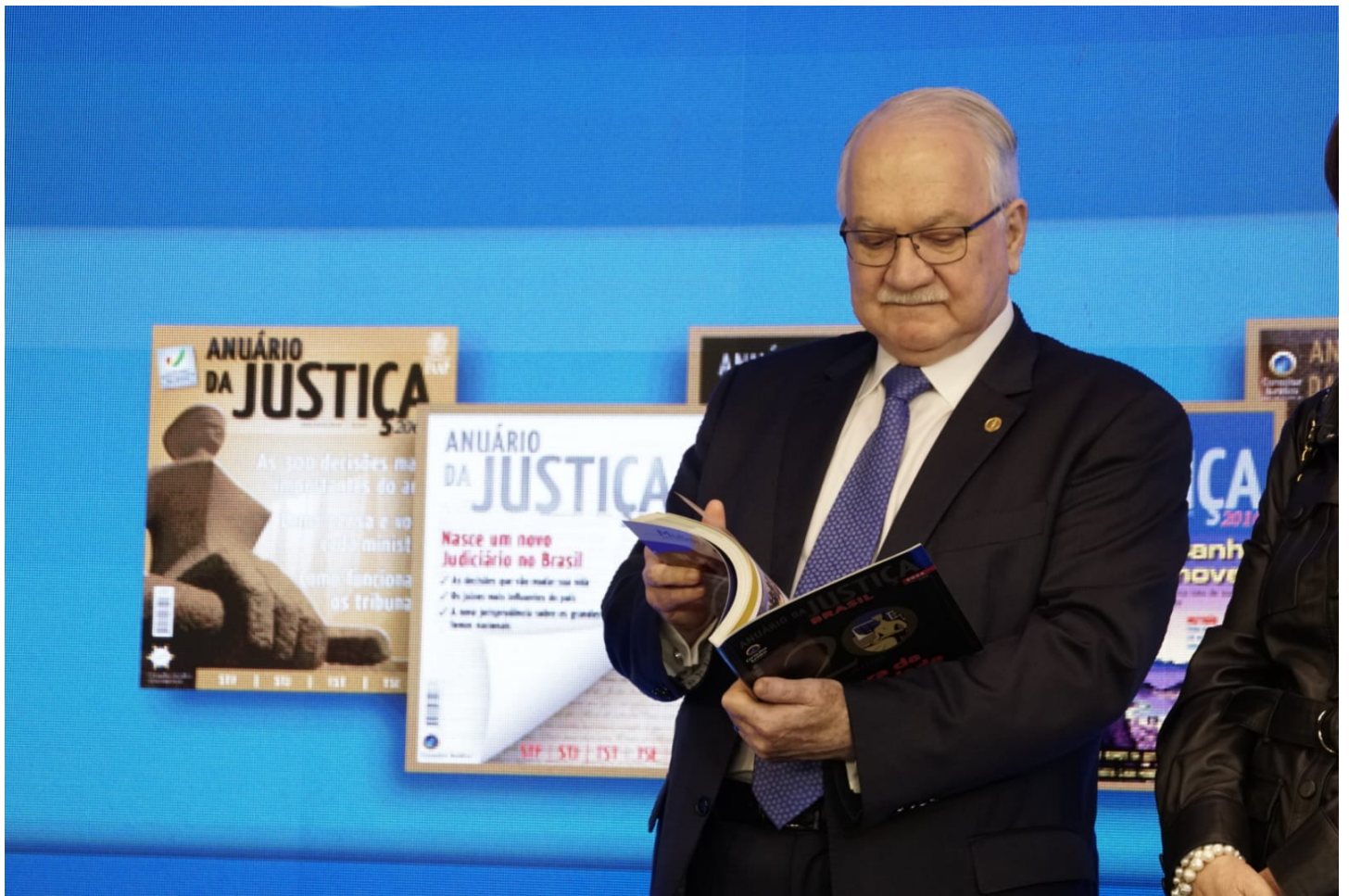
O evento de lançamento do Anuário contou com discursos do presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro **Edson Fachin**; do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, **Beto Simonetti**; da presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), **Vanessa Mateus**; do presidente do Instituto Consenso, **Pablo Meneses**; e do diretor da revista eletrônica **Consultor Jurídico**, **Márcio Chaer**.

Veja imagens da cerimônia de lançamento do Anuário da Justiça Brasil:

ConJur



Salão Branco do STF ficou lotado no evento de lançamento
ConJur



Edson Fachin
ConJur



Dispositivo do evento de lançamento reuniu autoridades do Judiciário brasileiro
ConJur



Beto Simonetti e Bruno Dantas
ConJur



Herman Benjamin
ConJur



Pablo Meneses
Paula Carrubba



Adriano Ribeiro e Cesar Asfor Rocha
Paula Carrubba



Leila Mascarenhas e Mariana Oliveira
ConJur



Márcio Chaer discursa no evento de lançamento ConJur



Vanessa Mateus discursa no evento de lançamento
ConJur



Pierpaolo Bottini e Edson Fachin
Paula Carrubba



Savio Barreto, Ophir Cavalcante e Hugo Mercês
ConJur



Vanessa Mateus
ConJur



Fábio Brandt e Beto Simonetti
Paula Carrubba



Og Fernandes e Márcio Chaer
Paula Carrubba



Vander Giordano
ConJur



Edson Fachin discursa no evento de lançamento
Paula Carrubba



Sebastião Reis Júnior, Verônica Sterman e Heleno Torres
Paula Carrubba



Pablo Meneses
Paula Carrubba



Mario Sarrubo, Ricardo Lewandowski, Andrei Rodrigues, Arnaldo Hossepian e Bruno Sarrubo
Paula Carrubba



Luciana Jordão
Paula Carrubba



Laura de Matias Almeida e Juliana Maisa Baeza
Paula Carrubba



Jackson Di Domênico e Jaqueline Di Domênico
Paula Carrubba



Ivanir José Bortoti e Rosana Amara Girardi Fachin
Paula Carrubba



Douglas Alencar Rodrigues, Ilan Presser e Vicente Cândido
Paula Carrubba



Beto Simonetti e Andrei Rodrigues
Paula Carrubba



Douglas Alencar Rodrigues e Cesar Asfor Rocha
ConJur



Tarcijany Linhares, Maria Elizabeth Rocha e Morgana de Almeida
ConJur



Edson Fachin, Maria Elizabeth Rocha, Herman Benjamin e Gilmar Mendes
Paula Carrubba



Antônio Fabrício de Matos Gonçalves e Beto Simonetti
Paula Carrubba



Andrei Rodrigues, Beto Simonetti, Douglas Alencar Rodrigues, Luiz Antônio Abagge e Rafael Rodrigues
Paula Carrubba



Alex Bonifácio, Walter Queiroz e Danielle Feitosa
ConJur



Morgana de Almeida, Maria Cristina Peduzzi e Beto Simonetti

Entre as autoridades presentes no evento estiveram os ministros do STF **Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin** e o ministro aposentado **Ricardo Lewandowski**; o presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro **Herman Benjamin**, além dos ministros da corte **Sebastião Reis Júnior e Afrânio Vilela**; os ministros do Tribunal Superior do Trabalho **Ives Gandra, Cristina Peduzzi, Alexandre Ramos, Alberto Balazeiro, Morgana de Almeida e Fabrício Gonçalves**; **Maria Elizabeth Rocha**, presidente do Superior Tribunal Militar, além do ministro **Péricles Queiroz** e da ministra **Verônica Stermann**; o ministro do Tribunal de Contas da União **Bruno Dantas**; e **Tarcijany Linhares**, defensora pública-geral da União. Autoridades dos Judiciários estaduais e advogados também estiveram presentes na celebração.

Na mesma cerimônia, a **ConJur** lançou o **Anuário da Justiça Saúde Suplementar**. Esta segunda edição traz dados do setor e mostra como os dez principais Tribunais de Justiça do país têm enfrentado o tema. Cada turma e cada desembargador que julga a matéria é apresentado ao leitor. Reportagens especiais mostram também o crescimento da judicialização na área do Direito da Saúde, que atingiu a marca histórica de 330 mil processos em 2025, um salto de mais de 128% em cinco anos.

Assista à cerimônia de lançamento do Anuário:

ANUÁRIO DA JUSTIÇA BRASIL 2026

EDIÇÃO 20 ANOS

ISSN: 2179981-4

Número de páginas: 272

Versão impressa: R\$ 50, à venda na **Livraria ConJur** ([clique aqui para garantir o seu exemplar](#))

Versão digital: Gratuita, disponível no site do **Anuário da Justiça** (anuario.conjur.com.br)

**Apoiou esta edição**

FAAP — Fundação Armando Álvares Penteado

Anunciaram nesta edição

Abraadee — Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

Advocacia Fernanda Hernandez

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia

Basilio Advogados

Bermudes Advogados

Bialski Advogados

Bottini & Tamasauskas Advogados

Bradesco S.A.

Cecilia Mello Advogados

Cesa — Centro de Estudos das Sociedades de Advogados

Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

David Rechulski Advogados

Décio Freire Advogados

Diamantino Advogados

Dias de Souza Advogados

D'Urso & Borges Advogados Associados

Febraban — Federação Brasileira dos Bancos

Fidalgo Advogados

Gomes Coelho & Bordin Sociedades de Advogados

Guimarães Bastos Advogados

Hasson Sayeg

Novaes e Venturole Advogados

Heleno Torres Advogados

JBS S.A.

Leite, Tosto e Barros Advogados

Lucon Advogados

Machado Meyer Advogados

Marcus Vinicius Furtado Coêlho Advocacia

Maria Fernanda Vilela & Advogados

Mauler Advogados

Milaré Advogados

Moraes Pitombo Advogados

Mubarak Advogados

Multiplan

Nelio Machado Advogados

Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo

Pardo Advogados

Saldanha, Palheiro & Costa Sociedade de Advogados

Salomão Advogados

SOB — Sacramone, Orleans e Bragança Advogados

Warde Advogados

ANUÁRIO DA JUSTIÇA SAÚDE SUPLEMENTAR 2026

ISSN: 2595-8690

Número de páginas: 204

Versão impressa: R\$ 50, à venda na [Livraria ConJur \(loja.conjur.com.br\)](http://loja.conjur.com.br)

Versão digital: Gratuita, disponível no site do **Anuário da Justiça** (anuario.conjur.com.br)

Viabilizadores desta edição

Instituto Consenso

Abramge

CNSaúde

Prevent Senior